

Novos Coletivos Rurais de Produção

Gustavo Bittencourt Machado*

O presente texto trata especificamente do trabalho gerado a partir dos movimentos sociais no campo, nos anos 90, na Bahia; trabalho potencializado nos processos de ocupação de terras e na dissipação dos movimentos sociais no espaço, nas várias regiões do estado, e concretizado em ato, quando da consolidação dos assentamentos de produção agropecuária no campo.

Considerando particularmente os movimentos sociais, quando novos coletivos são formados, há que se observar que se trata de um processo dinâmico pelo qual se estruturam os movimentos conforme as condições objetivas dos espaços regionais, onde

estruturas sociais e crises econômicas permanentes geram a exclusão. E dessa exclusão, inevitavelmente, surgem as condições objetivas de auto-organização dos movimentos sociais e sua difusão no espaço, implicando perspectivas de emancipação social desses coletivos quando se concretizam nas oportunidades de trabalho dos assentamentos rurais.

A emancipação, no primeiro momento, é a transcendência de um estágio de carência alimentar básica para a possibilidade de subsistência através do trabalho físico, em formas coletivas ou individuais de organização da produção e de repartição do produto.

Na Bahia, os movimentos sociais rurais dos anos 90, como movimentos organizados, surgem no Extremo Sul, explicitando as contradições recentes por que vem passando historicamente esse espaço. Tomar-se-á como referencial regional, embora não exclusivo, a região do Extremo Sul, sem se desconsiderarem os demais espaços regionais, como a região do cacau, a Chapada Diamantina, o Sudoeste e o Recôncavo, onde os movimentos sociais rurais são expressivos.



Manu Dias

Condições regionais concretas

O recente processo de ocupação e formação da região do Extremo Sul da Bahia e seus impactos sobre o nível de emprego e o meio ambiente criaram as condições objetivas de surgimento dos movimentos sociais no campo.

Admite-se que o aumento dos conflitos no campo e dos movimentos sociais da atual década é fruto da intensa urbanização impulsionada pela expansão e retração da economia regional. Em períodos de retração, o aumento do desemprego contribuiu para o surgimento de movimentos sociais organizados em busca de condições de emprego, sendo a terra o meio mais concreto e imediato de legitimação, afirmação e, essencialmente, de contestação.

Ao mesmo tempo em que o capital se interioriza, afluem contingentes migratórios provenientes de algumas regiões do Brasil, que povoam todo o Extremo Sul em apenas vinte anos. Nesse período, acirram-se as contradições do capitalismo na região. Apropriam-se terras públicas, devolutas e indígenas por grileiros. Ocorre o cercamento do espaço rural. Aumentam os conflitos agrários. Urbanizam-se rapidamente as cidades, formando-se centros regionais como Teixeira de Freitas e Eunápolis. Devastam-se a Mata Atlântica. Pecuariza-se a região. Implantam-se projetos tecnificados de produção de mamão e café. Cresce a desocupação rural e urbana como consequência inclusive da estagnação da atividade madeireira. Implantam-se os grandes projetos industriais de produção de celulose, papel e papelão e os vastos maciços florestais de eucalipto. Explicita-se a exclusão urbana e surgem os movimentos sociais no campo, concretizados nas formas emancipatórias de superação da pobreza.

Novos coletivos são formados como produto da luta de classes na região. Os movimentos sociais no campo expandem-se no sentido norte do Estado da Bahia, mobilizando contingentes de desempregados por onde passam, institucionalizando-se em modelos de organização econômica associativista ou cooperativista

onde se assentam famílias sem terra e emprego. Constituem-se, assim, sistemas de produção agropecuária, diferentes entre si quanto ao conjunto de bens produzidos, implicando vários estágios de desenvolvimento e bem-estar dos novos produtores rurais.

Há dois movimentos típicos do processo de ocupação dessa região. Primeiramente, um movimento de acumulação de capital, autodestruidor, com o desmatamento da Mata Atlântica pelo capital madeireiro, caracterizando o primeiro fluxo de imigração e ocupação regional, como espaço de expansão dessa atividade, originária do norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A mata original torna-se mercadoria no sentido da acumulação capitalista, embora se apresente como um recurso esgotável com um tempo finito de valorização espacial, que culmina com a sua quase total devastação.

Os recursos naturais locais passam a ser mercadoria, não enquanto produto originalmente constituído pelo trabalho, em sua substância corpórea, mas valorizado pela expansão da primeira grande forma de capital na região, que impulsionou a ocupação e o povoamento: o capital madeireiro. Enquanto valor de uso, os recursos naturais, particularmente florestais e vegetais, satisfaziam as necessidades de consumo dos índios dos grupos Pataxó e Pataxó-hahahã⁽¹⁾ (e demais grupos indígenas), segundo sua escala de produção para a subsistência. Em meados do século XX, os recursos florestais adquiriram valor de troca ao serem beneficiados nas serrarias, como resultado de trabalho incorporado, e destinados ao mercado moveleiro. Esse processo abre espaço para a expansão paralela da pecuária extensiva. Essas duas atividades dinamizam a região, passando os imigrantes a trabalhar nas serrarias e nas fazendas de gado.

Com a estagnação da atividade de exploração florestal, pelo esgotamento dos recursos naturais, cresce o número de potenciais desocupados, sendo a pecuária insuficiente em sua capacidade de absorção daquela mão-de-obra, outrora imigrante. Reflui o movimento de expansão. Nessa fase da ocupação regional, acirram-se os con-

flitos pela posse da terra no Extremo Sul, principalmente nos anos 80, quando da consolidação da pecuária.

Posteriormente, ocorre um movimento de implantação de uma organização de natureza empresarial, baseado nas culturas de mamão e café (expansão proveniente do Espírito Santo) e de uma pecuária intensiva nos anos 80, culminando, nos anos 90, com a implantação do complexo industrial de papel e celulose, de capital nacional, necessariamente associado ao capital estrangeiro. Para isso, incentivava-se o reflorestamento monocultor (a silvicultura) na região, baseada em espécies florestais economicamente viáveis no tempo, como as do gênero do eucalipto, visando ao beneficiamento de celulose para papel e de madeira para o setor moveleiro.

A silvicultura possui uma baixa capacidade de absorção de mão-de-obra por hectare. Embora empregue, uma das condições do empreendimento empresarial consiste na concentração de terras, enquanto capital valorizado. Ao concentrar, principalmente, vastas extensões, os trabalhadores dos antigos proprietários das fazendas tornam-se potenciais desempregados, tendendo a afluir para os centros urbanos regionais. Surge uma das condições de acirramento dos movimentos sociais no campo.

Nos centros turísticos aflui a imigração sobretudo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, seja na forma de capital para a implantação de pousadas e projetos hoteleiros, com incentivos governamentais, seja na forma trabalho. A sazonalidade dessa atividade determina os níveis de maior e menor ocupação da força-de-trabalho e das condições de empregabilidade. Surge mais uma das condições de estruturação dos movimentos sociais no campo.

A força de trabalho constitui-se num exército industrial de reserva sob procura e espera de alternativas de emprego nas cidades. Inicialmente, o emprego manufatureiro era oferecido com maior intensidade pelas unidades madeireiras que absorviam parte da mão-de-obra, atraindo fluxos migratórios de outras regiões da Bahia e do Brasil. Com o refluxo e a estagnação da atividade madeireira em virtude da eliminação quase total dos recursos florestais, restam hoje poucas unidades de beneficiamento da madeira para empregar. Com uma oferta insuficiente de empregos no setor manufatureiro, a opção

de empregabilidade que resta à massa de desempregados são as atividades comerciais e de serviços, o deslocamento para os centros turísticos, principalmente Porto Seguro, na condição de mão-de-obra autônoma (pedreiro, pintor, ajudante de pedreiro, marceneiro) ou temporária (volante, o bóia-fria urbano e o ambulante), ou o engajamento nos movimentos sociais no campo.

É nesse período que se acirram os conflitos no campo, no Extremo Sul da Bahia, com o surgimento de movimentos sociais pela terra. No Extremo Oeste e Extremo Sul aumentam os conflitos pela posse da terra no período de 1981 a 1997, como regiões de fronteira agrícola e ocupação recente – a propriedade da terra, no período, significava uma reserva de valor necessária para a especulação financeira em períodos de inflação elevada. No período considerado, as regiões do Litoral Sul e Extremo Sul apresentaram os maiores percentuais em conflitos de terra, cerca de 34,28%, e assassinatos no campo, 44,52%, na Bahia, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra.

Conforme diagrama abaixo, tem-se uma breve disposição da natureza das classes capitalistas nas três fases recentes da economia regional:

1ª fase: coisificação dos recursos naturais originais – o mercado regional, estadual e nacional – capital madeireiro (capital pecuarista) – destruição dos recursos naturais

2ª fase: culturas de café e mamão coisificadas – mercado nacional – capital agrícola

3ª fase: recursos florestais artificiais coisificados – mercado nacional e internacional – capital nacional associado ao capital estrangeiro.

→ Acirramento dos conflitos no campo, origem dos movimentos sociais e consolidação do produto social da luta de classe – os assentamentos de produtores rurais.

A nova paisagem florestal passa a ser uma mercadoria do trabalho, resultado de processos produtivos industriais e tecnológicos. Nesse mercado, há uma tendência à concentração de capital na própria indústria, com a prevalência dos segmentos estrangeiros. A concentração de capital ocorre na própria indústria, fruto da concorrência intercapitalista, e no

O aumento dos conflitos no campo e dos movimentos sociais da atual década é fruto da intensa urbanização impulsionada pela expansão e retração da economia regional.

processo de aquisição de terras, como ativos reais, necessários para a expansão territorial do projeto industrial. Seguindo essa lógica, decorre a existência hoje de apenas quatro grandes projetos de reflorestamento no Extremo Sul da Bahia, de capital nacional associado ao capital internacional.

Da exclusão às formas emancipatórias

Hoje a ênfase da redistribuição da terra não incide exclusivamente na conformação da estrutura fundiária atual, mas expande-se na perspectiva de garantir emprego no campo, diferentemente do que se discutia nos anos 50 e 60. Naquela época, desestimular o latifúndio improdutivo a fim de elevar o excedente agrícola, sobretudo de grãos, era o centro da discussão e, para tal, era necessária a implementação de uma reforma agrária ampla que redistribuísse a propriedade da terra, aumentando, potencialmente, a oferta de alimentos. Essa tese perdeu seu sentido econômico, pois o latifúndio modernizou-se, ou seja, assimilou os padrões produtivistas e, com isso, a produção agrícola de cereais começou a elevar-se. Na Bahia, o exemplo recente é a região do Oeste, com crescentes produções de soja e milho, em grandes áreas de terra e propriedades mecanizadas.

Embora as políticas fundiárias devam pautar-se pelo desestímulo aos latifúndios improdutivos, que ainda existem, a reforma agrária passa a ser, atualmente, um substrato da política geral de geração de empregos, como uma contra-tendência à oferta restrita de empregos, ou ao próprio desemprego, gerados no campo (pela mecanização e modernização) e nos centros urbanos, para um excedente de mão-de-obra, de reserva, sem qualificação profissional.

O acirramento dos movimentos sociais no campo, principalmente nos anos 90, consiste num processo contraditório (uma contra-tendência) à acumulação de capital quanto às condições objetivas da força de trabalho. A possibilidade e a capacidade de mobilização de trabalhadores rurais e urbanos em torno de uma proposta que procura ser auto-

O Extremo Sul é a segunda região da Bahia que mais se urbaniza e onde se organizam e acirram os movimentos sociais no campo pela terra.

organizativa e que estabelece perspectivas de empregabilidade contrapõe-se ao movimento de mercantilização da força de trabalho. O desemprego atual gerado nas três fases históricas recentes, caracterizado pela desocupação e inchaço dos centros urbanos, é expressão do surgimento de uma força de trabalho de reserva da região, formada nos processos de povoamento e imigração.

O acirramento dos conflitos tem-se dado de dois modos. Primeiro, quando os desempregados deixam de constituir uma força de trabalho de reserva, reguladora de seu próprio valor social médio, enquanto mão-de-obra rural e urbana.

... quando ocorre a reprodução ampliada do capital, ocorre também a reprodução ampliada das condições sociais. A tendência à aparente perpetuação do capitalismo, de sua exploração e de suas relações de poder não se repete sem reproduzir consigo aquilo que a nega e que propõe, no próprio bojo da exploração e da opressão, a libertação. (MARTINS; 1997, 74).

A condição de ingresso no movimento social consiste no rompimento do fluxo de relações do possuidor do dinheiro com o proprietário da força de trabalho no processo de intermediação dessa mercadoria. Rompe-se uma realização potencial de um contrato no movimento de trocas.

Segundo, quando o movimento organizado ocupa e invade as fazendas. Nesse caso, o direito de propriedade é atingido e, mais uma vez, rompe-se o contrato social firmado pelo possuidor de dinheiro (a terra como capital, valorizada como valor social médio na região) e os demais possuidores e proprietários seja de capital, seja de força de trabalho. Trata-se de um duplo movimento que atinge as bases de funcionamento do capitalismo na região.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho, entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX; 1988, 135).

Para Marx, há que se estabelecerem algumas condições para que o possuidor de mercadorias encon-

tre essa força de trabalho livre, como mercadoria. Essa só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é força de trabalho; esse possuidor da força de trabalho deve poder dispor dela, ou seja, ser proprietário livre dela própria. Ele e o possuidor de dinheiro encontram-se no mercado de trabalho e relacionam-se entre si, como possuidores de mercadoria, diferenciando-se apenas por um ser comprador e o outro, vendedor, enquanto pessoas juridicamente iguais, estabelecendo-se um contrato entre propriedades. O proprietário da força de trabalho só deve vendê-la por determinado tempo, pois, se a vender em bloco, deixa de ser livre e passa a tornar-se escravo. Ele coloca-a provisoriamente à disposição do comprador. Além disso, a mercadoria força de trabalho não se desprende da corporalidade viva de seu possuidor, portanto ela não é divisível e torna-se exclusiva.

Destacam-se ainda os fluxos de oferta de mais e menos condições de empregabilidade, formais ou informais, gerados pelo turismo e vinculados a fatores sazonais. Nos períodos de refluxo, essa força de trabalho ocupada nas atividades geradas pelo turismo fica desocupada. O Extremo Sul é a segunda região da Bahia que mais se urbaniza e onde se organizam e acirram os movimentos sociais no campo pela terra, entre os anos 1980 e 1996.

A massa da população marginalizada pelo desemprego fica marginalizada também em termos de conhecimento, de cultura, de especialização, etc, e sem possibilidade de reintegrar-se no mercado de trabalho a curto prazo, a não ser em ocupações igualmente marginalizadas. Vai-se criando aos poucos uma espécie de humanidade de segunda categoria, excluída até mesmo da possibilidade de participar das lutas sociais e políticas segundo modelos políticos eficazes de atuação, recolhida a formas *lumpen* e quase sempre delinquentes de ação e reação. (MARTINS; 1997, 58).

A existência do conflito urbano é explicitada por Darcy Ribeiro (1995) da seguinte forma:

a própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas são as únicas que estão a seu alcance. Aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos, mas que lhe permitem viver

junto aos seus locais de trabalho e conviver com comunidades humanas regulares, estruturando uma vida social intensa e orgulhosa de si... Outra expressão da criatividade dos favelados é aproveitar a crise das drogas, como fontes locais de emprego... Outro processo dramático vivido por nossas populações urbanas é sua deculturação. Sua gravidade é quase equivalente à primeira grande deculturação que sofremos, no primeiro século, ao desindianizar os índios, desafrikanizar os negros e deseuropeizar europeus para nos fazermos. Isso resultou numa população de cultura arcaica, mas muito integrada, em que um saber operativo se transmitia a pais e filhos e em que todos viviam um calendário civil regido pela Igreja, dentro de padrões morais bem prescritos.

Uma das recentes soluções para essa população urbano-marginal é a encontrada pelos movimentos sociais no campo, através das organizações, como MST, MLT (Movimento de Luta pela Terra) entre outros. Nesse caso, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), embora não constitua um movimento social em si, já que suas ações encontram-se isoladas no espaço, sujeitas a ações de membros religiosos, sobretudo padres e freiras, constitui-se em uma alternativa para a marginalidade urbana.

Apresenta-se a seguir um quadro da estratificação social brasileira segundo Darcy Ribeiro (o.c.), na qual se poderia inserir a população mobilizada pelos movimentos sociais no campo.

Analisando a constituição de classes sociais proposta por Darcy Ribeiro para a sociedade brasileira, atenta-se que o perfil da população mobilizável pelos atuais movimentos no campo corresponde às chamadas classes subalternas e oprimidas. No primeiro caso, trata-se de minifundistas, parceiros rurais e ex-trabalhadores rurais e urbanos assalariados, basicamente. No segundo caso, são aqueles viventes na exclusão, informais, ambulantes, bóia-frias, cujas condições de trabalho sujeitam-se, com mais intensidade, às incertezas do mercado de trabalho ou à inexistência de empregos. Esse estágio é o último da estratificação social. Ao mesmo tempo, observa-se uma tendência a que os situados na classe subalterna (outrora trabalhadores estabilizados) sejam incluídos, com o aumento do desemprego, nas classes oprimidas. É um processo crescente que permite, objetivamente, a inserção desses indivíduos nas ações de ocupação de terras.

Estratificação Social Brasileira

Classes Dominantes

Patronato		Patriciado		
Oligárquico	Moderno	Estamento gerencial	Estatal	Civil
- Senhorial Parasitário	- Empresarial Contratista	estrangeiro	- Político	- Eminências
			- Militar	- Lideranças
			- Tecnocrático	- Celebidades

Setores Intermédios

Autônomos	Dependentes
Profissionais liberais	Funcionários
Pequenos empresários	Empregados

Classes Subalternas

Campesinato	Operariado	Parte da população dos assentamentos rurais
Assalariados rurais	Fabril	
Parceiros	Serviços	
Minifundistas		

Classes Oprimidas

Marginais

Trabalhadores estacionais
Volantes
Empregados domésticos
Biscateiros
Delinquentes
Prostitutas
Mendigos

Maioria da população-alvo dos movimentos no campo

Fonte: RIBEIRO, 1995.

Quanto às classes dominantes, a formação do patronato oligárquico, senhorial e parasitário é expressa, concretamente, no Extremo Sul, pelos fazendeiros de gado, juntamente com poucos produtores de cacau, oriundos da primeira fase de ocupação, seguindo a expansão do primeiro tipo de capitalista, o empresariado madeireiro. Posteriormente, uma outra classe dominante implanta-se na região, do tipo empresarial contratista, com o surgimento das fazendas modernas de mamão e café em bases produtivistas. No atual, implanta-se uma outra classe dominante, empresarial, de grande capital industrial nacional e internacional, mas representado por estamentos gerenciais nacionais e estrangeiros (os executivos, respaldados por profissionais especializados), que ditarão a nova lógica da economia regional. No setor turístico, hoje

predominam os setores intermediários, compostos por profissionais liberais que se tornam pequenos empresários de pousadas e hotéis.

Para Darcy Ribeiro (o.c.), as classes subalternas são formadas por um bolsão da aristocracia operária com empregos estáveis, sobretudo os especializados e pequenos proprietários, arrendatários e gerentes de grandes propriedades rurais. O objetivo dessas classes consiste antes em defender o que já têm e obter mais, que transformar a sociedade.

...formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os bóias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos

analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu designio histórico é entrar no sistema, o que, sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la... Geralmente estão resignadas com seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem... [são] os excluídos da vida social, que lutam por ingressar no sistema de produção e pelo acesso ao mercado... apesar de sua natureza inorgânica e cheia de antagonismos, que lhe cabe o papel de renovador da sociedade como combatente da causa de todos os outros explorados e oprimidos. (RIBEIRO; 1995, 209 e 210).

Os movimentos sociais no campo têm origem no movimento sindical de trabalhadores rurais com o apoio das ações das Pastorais da Igreja Católica no final da década de 70. Nessa época, acirraram-se os conflitos de terra entre grandes proprietários e posseiros, agricultores familiares, pressionados a abandonar as terras. É o momento da pecuarização da região.

Segundo estudos sobre o Extremo Sul, realizados pela organização não-governamental Terra Viva, nos anos 80 os sindicatos articularam-se regionalmente a fim de discutir e implementar estratégias de atuação, a partir de um fórum informal de sindicatos, a Articulação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Extremo Sul da Bahia - ASTREB. A reforma agrária tornava-se a principal meta do movimento sindical. Incrementaram-se as ocupações de terras até 1989, com sucessivos despejos judiciais e uso de violência policial. É a época do Programa Nacional de Reforma Agrária, do Governo Sarney. No final dos anos 80, chegava à região o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST.

O MST passa a ser o movimento expoente da luta pela terra no Extremo Sul. O movimento sindical da região fragilizou-se em torno de uma crise de identidade quanto a suas funções sociais, de representatividade, devido ao aumento do desemprego no campo e aos movimentos de concentração fundiária, e de legitimidade, quanto ao desconhecimento da natureza e a dimensão das categorias concretas que lhe davam sustentação: o agricultor familiar e o novo perfil dos trabalhadores rurais.

Para Martins (1997), o Movimento dos Sem-terra é, ao mesmo tempo, um grande movimento de modernização no campo. Ele é o mais conseqüente movi-

mento de modernização e ressocialização das populações do campo que já houve na história do Brasil. Tira-se o sujeito da mais absoluta falta de destino, da mais absoluta miséria e transforma-se-o num sujeito que vive num estado de bem-estar social.

... a reforma agrária deveria ser feita mesmo nos casos em que, a curto prazo, não se produzisse nem um grão de milho como excedente econômico para o mercado... num primeiro momento, tire essa população da miséria, da marginalização, da falta de possibilidade de trabalhar. Uma reforma que ofereça aos beneficiários a possibilidade de ao menos plantar a comida que comem... O problema é que o Estado brasileiro é incompetente para fazer isso. Uma proposta assim dá certo nas experiências localizadas de assentamentos do Movimento dos Sem-terra porque não é uma organização tutelada pelo Estado. Só dá certo porque a própria população envolvida no movimento está nele, não só porque quer terra, mas, também, porque tem um modo de vida como bandeira. Uma mística de como viver, de como um ser humano deve ser. (MARTINS; 1997, 61).

Com base em estudo recente elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, intitulado Bahia - *Crescimento populacional 1980 - 1996*, apenas quatro das 15 regiões econômicas da Bahia apresentaram tendência ascendente no seu ritmo de crescimento populacional entre os anos 1991 e 1996, se comparada com a taxa do período 1980/91. O Recôncavo Sul aproximou-se da média baiana (1,11% a.a.) no período, com 1,13% a.a.. O Extremo Sul, o Sudoeste e o Baixo Médio São Francisco apresentam crescimento bem acima da média estadual. O Extremo Sul apresentou uma taxa de crescimento de 2,49% a.a., acima do período 1980-1991 (1,42% a.a.) e o Baixo Médio São Francisco (região de Juazeiro) de 2,55% a.a., também acima do referido período (1,63% a.a.). A região do Extremo Sul concentrava, em 1996, 4,8% da população total da Bahia.

A imigração teve impacto significativo no aumento populacional do Extremo Sul, tanto na relação inter-regional, com o afluxo de pessoas de outras regiões da Bahia e do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, quanto na conformação intra-regional, com uma tendência à concentração populacional em algumas cidades e esvaziamento de outras. Na primeira metade dos anos 90, apenas o Extremo Sul e o Baixo Médio São Francisco tiveram ganho expressivo de

população decorrente da imigração. Segundo o referido estudo, essas regiões se caracterizaram, na década passada, como áreas de perda líquida de população (saldos migratórios negativos), sendo que, na primeira metade dos anos 90, houve uma inflexão da tendência ocupacional, com grande capacidade em atrair fluxos migratórios.

Particularmente alguns centros urbanos passaram a garantir melhores condições de trabalho para os trabalhadores locais e imigrantes. Diante da diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza, segundo Darcy Ribeiro, o deslocamento de um trabalhador de uma região para a outra pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais próspero.

No Extremo Sul, os movimentos no campo ganham organicidade, coesão e continuidade, e implementam estratégias de dissipação espacial, aglutinando trabalhadores desempregados. Trata-se de agrupamentos humanos em torno de um movimento disciplinado, organizado e conduzido por lideranças regionais. O MST, por exemplo, que é o movimento mais estruturado dentre os demais, do Extremo Sul, expandiu-se para o Litoral Sul, na região cacauífera, mobilizando trabalhadores desempregados das fazendas de cacau, para a Chapada Diamantina, mobilizando ex-garimpeiros, e para o Recôncavo, com minifundistas e desempregados.

Entende-se como movimento atual a sua estruturação orgânica e dinâmica que encontra, espacialmente, as condições objetivas de sua expansão na própria exclusão, agravada pelo aumento do desemprego nos centros urbanos regionais e da desocupação no campo, com conseqüente queda da renda agrícola. Essa caracterização não se confunde com assentamentos isolados e pontuados no espaço baiano, sem amparo institucional e organizacional. As regiões econômicas do Extremo Sul, Chapada Diamantina, Nordeste, Piemonte da Diamantina, Sudoeste e Litoral Norte apresentam as maiores taxas de ocupação das famílias assentadas, sendo que, no Extremo Sul, está em torno de 90,20% do total da capacidade dos assentamentos. Entre os fatores, o aspecto organizacional se destaca como garantia de continuidade dos projetos de assentamentos, além da existência de recursos naturais e hídricos que garantam a sobrevivência e a reprodução dos grupos

familiares, a partir de um nível tecnológico relativamente baixo. Isso porque, são consistentes e organizados os movimentos sociais no campo no sentido da atração de militantes e trabalhadores desempregados.

Por outro lado, entende-se o movimento como expressão da luta de classes, sendo, do ponto de vista concreto, uma luta de classes no campo, resultante do subemprego e do desemprego. A capacidade de mobilização e de aglutinação das lideranças regionais mais conscientes atrai uma massa de desempregados urbanos e subempregados rurais, alguns com alguma consciência política, por já terem sido sindicalizados, outros devido à escassez material para a sua sobrevivência e do grupo familiar. Assim, constituído o grupo para ocupar determinada fazenda, estabelece-se a luta de classes. A invasão é a manifestação concreta da luta de classes pela apropriação da terra. Não se constitui numa luta por melhores salários ou pela oferta de novos empregos. É uma luta pela aquisição da terra, enquanto capital concreto, que, através do trabalho, valoriza-se e emprega. Nesse caso, busca-se, em última instância, uma distribuição de mercadoria (a terra), renda e emprego em favor da força de trabalho, ou seja, que seja conquistado e reconhecido um direito social pelas instituições políticas e sociais. A força de trabalho passa a apropriar-se do resultado de seu próprio trabalho.

As pessoas envolvidas no movimento, individualmente, não trabalham mais para o pecuarista, ou produtor de café, mamão e cacau, ou na extração madeireira, nem permanecem desempregadas, como exército industrial de reserva, regulador do nível salarial médio de subsistência da classe trabalhadora a que se vinculam, donde decorrem o sobretrabalho e o subemprego, nem trabalham como informais (ajudantes de pedreiros e pintores...) nos centros urbanos. Elas tornam-se possuidoras da produção agrícola de seu próprio trabalho e do grupo familiar na organização produtiva individual e na coletiva.

O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a

negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho...o modo de produção capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (MARX; 1985, 294 e 302).

No curso do processo, a natureza auto-organizativa cria as condições para o surgimento das normas de costume do movimento. Essas normas difundem-se no espaço e são formadoras de novas estruturas. A realidade econômica mesorregional - o sistema agrário - é o aspecto que peculiariza a natureza e a estruturação produtiva de cada assentamento, diante do caráter homogeneizador, próprio do processo de expansão do movimento, com referência à institucionalidade e à forma organizativa dos sistemas de produção.

Segundo Freud *apud* Enriquez,

não há qualquer razão racional na constituição e no funcionamento da massa. Tudo se passa como se os indivíduos tivessem se reunido por motivos imprecisos ou desconhecidos, se estimulassem mutuamente, sem outros objetivos além dos de cometer um crime, adorar os ídolos, ou, no caso de ações precisas, de erguer montanhas (1996; 59-60).

Essa colocação remete à seguinte pergunta: o que leva à mobilização, *in loco*, de um agrupamento de indivíduos normalmente desempregados, senão a condição de desempregado, ou seja, a sua própria materialidade - fruto da inexistência de renda? Como ocorre a transcendência da mente individual de cada um para uma mente coletiva, de ação conjunta, visando à ocupação da terra?

Para aqueles mesmos autores, a idéia de massa psicológica é a de um ser provisório, composto de elementos heterogêneos, que se unem por um momento. Ressalta-se que a mobilização para as ocupações ocorre nessa perspectiva: várias famílias, de municípios diferentes, aglomeram-se numa determinada área ocupada a partir do poder da palavra das lideranças regionais e locais. Verifica-se uma permanente migração, entre os próprios sem-terras, de ocupações diferentes, e assentados, entre assentamentos.

Ainda Freud *apud* Enriquez afirma que a massa psicológica

dota os indivíduos de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir, de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento... A massa é impulsiva, mutável e irritável... Não pode tolerar qualquer demora entre seu desejo e a realização do que deseja.

Tem um sentimento de onipotência: para o indivíduo num grupo, a noção de impossibilidade desaparece [tudo é possível, como força-motriz de sua ação e movimento]. A massa não conhece nem a dúvida nem a incerteza. Levado a todos os extremos, um grupo só pode ser excitado por um estímulo excessivo. O que exige de seus heróis é força ou mesmo violência. A massa é tão intolante quanto obediente à autoridade (1996, 56).

Assim, pela influência de sugestões, os grupos são capazes de elevadas ações e devoção a um ideal, sob forma de renúncia e desprendimento, que é o momento da reunião das aglomerações de famílias inteiras num acampamento de uma fazenda ocupada, em mínimas condições materiais, sujeitos à represália do Estado mediante sua força jurisdicional e policial. Nesse momento, a coesão é mantida pelo "poder mágico" das palavras em encadeamento de situações diversas, exercitado pelos militantes mais instruídos com a *praxis*. Essa linguagem "encantada, artística e repetitiva (estruturada ritualmente) abrange os efeitos atratores que conduzem à organização. A repetição de slogans, canções e palavras de ordem dão a sensação de que as palavras dão presença à ausência e à realidade dos desejos" (Enriquez; 1996, 58). O MST é o exemplo vivo dessa *praxis*.

A institucionalização do movimento ocorre na concretização do modo de organização dos assentamentos segundo uma estrutura administrativa local e regional. Em estágios mais avançados de organização, as associações ou cooperativas de produção dos assentamentos vinculam-se às respectivas cooperativas regionais, que se relacionam diretamente com a cooperativa central de um estado, ou de mais de um estado. A cooperativa central da Bahia responde também pelos assentamentos do Estado de Sergipe. Os assentamentos são o resultado concre-

to das condições objetivas das ações do movimento. O MST, contudo, continua como movimento à medida que mobiliza novos membros para o processo de ocupação de terras. O assentamento e sua organização produtiva são a imagem da ocupação no futuro.

É da própria exclusão que surge o movimento dialético e contrário à expansão do capital, como contra-tendência em busca de mínimas condições de sobrevivência. Isso ocorre porque os excluídos (grupos familiares), em geral, passam a ter uma renda inferior ao mínimo necessário à sua subsistência e passam a ser urbanos, já que o agricultor expropriado e o trabalhador rural desempregado passam a habitar os espaços públicos, que são somente urbanos, concentrando-se nas periferias, em áreas irregulares, uma vez que, no campo, os espaços encontram-se privatizados.

Uma organização como os movimentos sociais-assentamentos rurais no mercado, ao produzir bens e serviços ao mesmo tempo, autoproduz-se – produz os elementos necessários à sua própria sobrevivência e organização. Nesse processo, auto-organiza-se, auto-repara-se, automantém-se e pode autodesenvolver-se ao desenvolver a produção. O produtor rural, ao produzir, produz-se a si mesmo. A sua autoprodução é necessária à produção de objetos, que é necessária à sua própria autoprodução. O próprio produtor é seu próprio produto.

O movimento social, como organismo vivo, auto-eco-organiza-se e auto-eco-produz diante de um meio exterior que se encontra integrado num sistema eco-organizado ou ecossistema, como afirmaria Morin.

Nessa perspectiva, como manter a ordem? Ou de qual ou quais ordens se trata? A ordem, como dispõe Morin, é tudo o que é repetição, constância, invariância, numa relação altamente provável, segundo a dependência de uma lei. A desordem é tudo que é irregularidade, desvio em relação a uma estrutura dada, aleatório, imprevisível. Num universo de ordem pura, não haveria inovação, criação, evolução, não havendo existência humana. Nenhuma existência também seria possível na desordem pura, já que não haveria elemento de estabilidade para se basear uma organização. Assim, as organizações

têm necessidade de ordem e desordem e, nessa relação dialética, o movimento social cria trabalho.

Nota

- 1 Esses grupos parecem ser os últimos estruturalmente mais organizados. As políticas de povoamento dos séculos XVIII até o início do século XX foram dizimando os demais grupos indígenas, da costa ao interior. Os Pataxó concentram-se à altura do município de Porto Seguro e adjacências e os Pataxó-hahahã, no município de Pau Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *A política*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da via*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo 1997 - Bahia*. Salvador, 1998.
- ENRIQUEZ, Eugène. *Da Horda ao Estado - Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- GUEDES, Joana. *et al. Cooperativas de assentamento rural. Ops*. Salvador: UFBA, outono, v. 2, n. 06 1997.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, (parte I e II), 1992.
- _____. *Princípios de filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- INCRA. *Relação de projetos de assentamento na Bahia*. Salvador, 1998. (mimeo).
- MACHADO, Gustavo. *Estruturação agrária na Bahia. Conjuntura e Planejamento*. Salvador: SEI, n. 52, p.31-40, set. 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: Stédile, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARX, Karl. *O Capital*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V.1 (Os Economistas).
- _____. *O Capital*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. V.2. (Os Economistas).
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- _____. *O método I: a natureza da natureza*. 3 ed. Lisboa: Europa-América, 1997.
- _____. *O método II: a vida da vida*. 2 ed. Lisboa: Europa-América, 1990.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma religião*. In: SUDENE. *Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRÃO, Fernando. *Novos elementos de economia política*. Salvador, fev. 1998. (versão preliminar).

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

STÉDILE, João Pedro. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Celulose e Turismo: Extremo Sul da Bahia*. SEI, 1996. 130p. (Série Estudos e Pesquisas, 28).

_____. *Complexo madeireiro/moveleiro na Bahia: proposta de implantação*. Salvador: SEI, 1997. 134p. (Série de Estudos e Pesquisas, 34).

_____. *Bahia: crescimento populacional 1980 – 1996*. Salvador: SEI, 1998. (Série Estudos e Pesquisas, 39).

_____. *Mudanças sociodemográficas recentes: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1998. 120p. (Série Estudos e Pesquisas, n. 40).

TERRA VIVA et al. *Agricultura familiar no Extremo Sul da Bahia*. Itamaraju, 1997. (mimeo).

*Gustavo Bittencourt Machado é mestrando em Economia pela UFBA e pesquisador da SEI.